

Ciclo Metodológico CADÊ Paraná

1. A definição de objetivos e domínios

Diante de realidades sociais cada vez mais complexas em que respostas sociais isoladas sobre os problemas manifestos já não são suficientes, entender com maior rigor as causas dos problemas é a oportunidade de maior eficiência na sua resolução. No caso das políticas públicas, avaliar adequadamente os processos e medir os resultados contribui para impactos sociais transformadores e investimentos sociais assertivos. Assim, os indicadores sociais inseridos na Plataforma CADÊ têm como propósito medir, verificar, avaliar, e prever determinado contexto, bem como estabelecer relações de causa-efeito. Trata-se de um sistema de indicadores que traduz em dados determinados fenômenos sociais.

O marco conceitual do sistema orienta-se pelos quatro princípios fundamentais da CDC¹ e pelos direitos fundamentais do ECA. A descrição dos objetivos do sistema e respectiva abordagem teórico-conceitual utilizada está detalhada no capítulo “Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes – apontamentos e reflexões teórico-práticas” inserido na publicação “[Fontes sobre a Infância](#)” (RMS, 2012). Nele revelam-se os desafios de uma concepção recente sobre a infância, de uma legislação frágil no que se refere à sua aplicação, de uma cultura paternalista em torno da participação, e de uma enorme distância entre direitos e a sua efetivação de fato. Por outro lado, reconhece-se os avanços no contexto internacional e nacional, como o Sistema de Garantia de Direitos em benefício da articulação e integração das diferentes instâncias na promoção, defesa e controle. Ademais, é reforçada a importância do monitoramento para efetivação dos direitos da infância.

Na primeira etapa do seu desenvolvimento, foram estabelecidos os objetivos e o marco conceitual do sistema a partir dos quais se desenvolveu indicadores sociais. A informação está organizada por domínio tendo em conta² a relação entre indicadores, as áreas temáticas relacionadas à garantia de direitos e os direitos fundamentais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Foram definidas oito dimensões prioritárias capazes de abranger todos os segmentos de atenção à infância e associados a um direito fundamental previsto no ECA que melhor se relaciona ao tema do indicador, a saber: Saúde, Educação, Legislação, Habitação, Cidadania, Demografia, Economia e Justiça.

2. O diagnóstico de fontes

¹ Da não discriminação, do interesse superior da criança, da participação e do direito à vida, sobrevivência e desenvolvimento.

² No caso da experiência do CADÊ Brasil foram considerados os princípios da Convenção sobre os direitos da Criança (UNCDC)

Antes da implementação do sistema de indicadores dos direitos da criança baseado em dados, foram levantadas as fontes de pesquisa de dados disponíveis e, posteriormente, selecionados os indicadores relacionados às crianças e adolescentes. Em 2012 a Rede Marista de Solidariedade/Centro Marista de Defesa da Infância publicou o livro [Fontes sobre a Infância – Diagnóstico de fontes de informação sobre a criança e o adolescente](#), resultado de uma pesquisa exaustiva sobre fontes estatísticas oficiais nacionais e internacionais, instituições de pesquisa, observatórios e núcleos de estudos que produzem conhecimentos e informações sobre direitos humanos de crianças e adolescentes. Foram coletadas informações detalhadas sobre cada fonte oficial de dados, nomeadamente a atuação e objetivo da fonte, a metodologia de pesquisa, a periodicidade, a abrangência dos dados e os principais indicadores monitorados.

Portanto, fornecidas informações suficientes sobre os parâmetros técnico-científicos empregados pelas instituições no levantamento dos dados para, deste modo, avaliar a confiabilidade das informações disponibilizadas. Para fins de pesquisa foram consideradas as fontes estatísticas oficiais, ou seja, aquelas divulgadas através dos sistemas nacionais ou dados divulgados pelos órgãos oficiais do setor público nacional e estadual.

3. A construção dos indicadores sociais

Os indicadores sociais³ da plataforma CADÊ Paraná foram definidos e organizados em fases distintas, já que ao longo do seu desenvolvimento novos indicadores foram inseridos, ampliados e aprimorados de acordo com as estratégias da plataforma, necessidades das organizações/movimentos sociais e ou eventos/mudanças em sociedade. Todos os indicadores fazem parte de um **sistema de indicadores com enfoque em direitos humanos**.

Estes foram **agrupados em domínios** com informações segmentadas sobre todos os municípios do Estado do Paraná.

Na fase inicial os primeiros indicadores resultaram da adaptação dos indicadores já existentes no sistema de monitoramento dos direitos da criança e do adolescente baseado em dados estatísticos - [CADÊ Brasil](#), o qual adotou como condição construir indicadores que oferecessem informações mais adequadas sobre a situação dos direitos das crianças. Para a Plataforma CADÊ Paraná se recorreu aos seguintes **critérios**: relevância social com impacto, cobertura populacional neste caso estar desagregados por municípios, sensibilidade e especificidade, validade e confiabilidade da fonte, periodicidade e as condições para comparação, desagregabilidade. Além destes critérios, levou em consideração a representatividade dos indicadores, ou seja, que fossem capazes de demonstrar e refletir o fenômeno a ser avaliado.

³ A plataforma CADÊ Brasil assume a definição de Plessman (2010) de indicador, que descreve com o enfoque operativo ou tecnológico-analítico, “resumo de dados básicos que fornecem uma medida concisa da situação e mudanças relacionadas a aspectos das condições de vida da população que são objeto de preocupação social”.

Os indicadores considerados, também não procuram responder a todos as vertentes sociais no que se refere aos direitos das crianças, mas estabelece as prioridades temáticas nas dimensões construídas.

Para cálculo dos indicadores, foram definidas fórmulas que fossem de fácil compreensão e uso pelos utilizadores. Para cada fórmula propôs-se uma unidade de medida, podendo ser: simples (que possui uma única unidade de medida atribuída a uma variável) ou composta (que expressa a relação entre duas ou mais variáveis).

Para além dos parâmetros técnicos mencionados anteriormente, a Plataforma optou pela aplicação de **procedimentos qualitativos de validação dos indicadores** construídos. A consulta a técnicos especializados e organizações da sociedade civil confirmou e validou a relevância dos indicadores escolhidos, além de contribuir em alguns ajustes técnicos necessários.

Considerando o enfoque em direitos humanos, nesta primeira etapa de construção dos indicadores priorizou-se sobretudo indicadores relacionados aos direitos de provisão, ou seja o exercício dos direitos sociais básicos. A desagregação foi aplicada sempre que possível de modo a evidenciar as diferenças entre grupos e aqueles que se encontram, no que signifique o acesso aos direitos, em situação inferior em relação à generalidade.

Finalizada a primeira fase, na fase 2 e atual, a plataforma adotou como estratégia ampliar os indicadores disponibilizados recorrendo a novas fontes oficiais de informação. Os critérios de seleção permanecem os mesmos. No entanto, novas áreas temáticas foram introduzidas, de modo a retratar não apenas a condição situacional das crianças e adolescentes, mas também verificar os casos de violação de direitos e, portanto, considerar indicadores associados mais diretamente aos direitos de proteção. Isto significa que novos indicadores foram introduzidos com vista a aprofundar o conhecimento existente.

4. Os procedimentos de coleta e organização dos dados

Coleta: com o objetivo de assegurar a confiabilidade das informações, a consistência científica e rigor nos parâmetros de análise e estudo, todas as informações disponibilizadas são extraídas de bases de dados oficiais, dados secundários, a maioria sob responsabilidade do setor público. Outra razão para o uso de fontes oficiais é a cobertura territorial e populacional já que abrange a maior/totalidade do território nacional. A coleta de dados primários acontece através da plataforma e se restringe ao mapeamento de dados pessoais (nome e e-mail) para construção de base de contatos da Plataforma.

Armazenamento: os dados estão arquivados em base de dados, com fichas nas quais estão informações sobre a fonte, o lugar de procedência, a abrangência e o tipo de dados.

5. As estratégias de comunicação com enfoque em direitos humanos

Quando se pensa em comunicação baseada em direitos no contexto da Plataforma, refere-se ao interesse em chamar a atenção, de se posicionar, informar, sensibilizar, gerar confiança, organizar e alterar uma percepção pública, de mudar a política, de se fazer reformas, e de promover participação.

Neste espírito de “para além da comunicação”, a plataforma CADÊ Paraná desenvolve estratégias cujo propósito é reconhecer os direitos humanos de crianças e adolescentes enquanto elemento transversal. Em outras palavras, procura rever as concepções mais convencionais e desenhar outras formas de se comunicar a situação dos direitos da infância, substituindo perspectivas vitimizantes e discriminatórias, por modelos que promovam a reflexão crítica sobre o fenômeno e o enfoque nos direitos humanos. Este modelo supõe transformações sociais importantes que ultrapassam a visibilidade das situações de violação dos direitos, e converte os sujeitos como protagonistas de ações e mudança a vários níveis.

A comunicação é assumida como elemento central no plano de incidência através dos dados. Determina os caminhos para a incidência e os possíveis impactos dela resultantes. Ultrapassa a dimensão da comunicação para disseminar de maneira precisa e efetiva uma problemática em particular, a mobilização dos temas na agenda pública e ou ainda a opinião da sociedade. É mais do que comunicar, é uma relação direta entre as estratégias de comunicação e os impactos pretendidos na incidência política. Assim o é que a o principal objetivo dessa modalidade de comunicação é “fazer falar o dado”, fazer que não seja apenas informação, mas que transcenda o plano de comunicação e gere interação entre atores distintos, e a tomada de decisão seja descentralizada para outros setores da população.

Fazer falar o dado é também dar-lhe significado apropriado através de mensagens. Isto é, o contexto, os números, as mensagens, os elementos visuais e as metáforas são os elementos a considerar para o desenvolvimento de mensagens através do dado. A comunicação poderá ser tanto sobre dados quantitativos, quanto sobre dados qualitativos. É parte integrante do plano de comunicação proposto pela metodologia “Infancia Cuenta” os seguintes elementos: a seleção de audiência/objetivos, o uso de dados para informar, a definição de metas e objetivos bem definidos, as apresentações persuasivas e as mensagens claras.

6. As estratégias de incidência política fundamentada em dados

No âmbito do ciclo do sistema de indicadores, a incidência política é a etapa na qual se fortalecem os impactos das estratégias de comunicação. Trata-se de uma modalidade de incidência através de sistemas de indicadores sobre a infância que fornecem informações estatísticas para medir, avaliar, e prever determinada situação. Contribui no desenho, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas criando um espaço para responsabilidades partilhadas entre governo e cidadãos, ou seja, a descentralização das tomadas de decisão.

Uma oportunidade de participação, mas também de observação como o Estado respeita protege e cumpre os direitos, de fundamentação das prioridades temáticas, de qualificação das políticas, de viabilização das melhorias, de minimização dos erros, de prevenção de possíveis violações para adoção de medidas preventivas (Redim, 2012). Para o adequado desenho das suas estratégias, os processos de incidência recorrem ao sistema de indicadores sobre a infância, a partir dos quais é possível obter informações confiáveis sobre as condições de vida de crianças e adolescentes. Os sistemas de indicadores são efetivamente ferramenta de incidência, fornecem as evidências das situações e como operam na vulnerabilidade das condições de vida dos sujeitos. De acordo com a metodologia Infância Cuenta, para o processo de incidência é fundamental compreender as políticas públicas no seu todo, o que inclui leis, programas, projetos, e sua função social na correção dos problemas.

Os processos de incidência nos moldes aqui propostos reforçam o papel de corresponsabilidade entre o setor público e sociedade civil e o campo de ação da sociedade civil frente às instituições públicas. Embora a plataforma CADÊ Paraná tem como objetivo incidir sobretudo na agenda pública da infância, suas ações também podem gerar efeitos nas agendas de governo.

No campo das estratégias de incidência política se inclui descrever o tipo de ações e exercícios de incidência que se pode realizar, quem são os atores e tomadores de decisão, que mudanças se esperam com a consideração dos dados e possíveis alianças estratégicas. Para a definição das mudanças esperadas, faz-se necessário conhecer o modo com as políticas são construídas, implementadas e avaliadas. Conhecer a forma como as políticas são construídas ajuda a reconhecer como o CADÊ Paraná pode intervir, assim como que conhecer os seus processos de implementação contribui para medir os seus efeitos e a adequada utilização dos recursos. Ter domínio sobre a forma como as políticas são avaliadas ajuda a aferir as mudanças e efeitos gerados.

7. As parcerias e relações com as instituições

Para o acesso aos diferentes dados, estabelecer contatos estratégicos torna-se fundamental no processo de implementação do sistema. Tanto pelo fato de que podem fornecer bases de dados não disponíveis em versão online, como facultar informações técnicas sobre os métodos usados na recolha dos dados. Além do contato com as fontes oficiais, a Plataforma CADÊ incluiu, na sua fase de ampliação, novos parceiros,

nomeadamente órgãos públicos e ou jurídicos que desenvolveram algum tipo de pesquisa na área. É exemplo a parceria estabelecida com o Ministério Público do Paraná (MPPR) cujo objeto foi divulgar a base de dados consolidada pelo MPPR com informações dos equipamentos públicos de atendimento à infância existentes no Estado.